

Governo Lula:

taliban do neoliberalismo

EDUARDO ALMEIDA NETO*

Para milhões de brasileiros que acreditavam no governo Lula, o ano de 2003 foi uma amarga decepção. No entanto, a maioria ainda apóia o governo, na esperança de mudanças que não virão. A aparência do governo (Lula, o maior dirigente operário da história deste país) esconde sua natureza burguesa (os interesses de classe que defende), como em todos os governos das frentes populares, de colaboração de classes.

O governo petista se parece aos da social-democracia na década de 80 na Europa. Coube a eles, com peso entre as massas trabalhadoras, aplicar o modelo neoliberal com ataques violentos ao nível de vida das massas, que os governos de direita não teriam condições para fazer.

O plano econômico é um aprofundamento do modelo neoliberal, de acordo com o receituário do segundo Consenso de Washington: a ampliação do superávit fiscal para prevenir crises, a segunda etapa de reformas (previdenciária e tributária no ano passado, universitária e sindical-trabalhista agora), a autonomia do Banco Central etc. Não por acaso, James Petras chama o governo Lula de “taliban do neoliberalismo”.

No terreno político, Lula também repete FHC, na aliança com os setores mais reacionários da burguesia (PMDB, PTB, PP de Maluf), seja na composição do ministério, seja em sua base de apoio parlamentar. Os escândalos de corrupção são mais uma demonstração da continuidade do que já tínhamos visto antes com FHC e Collor: o PT é um partido como os outros, no aparato de Estado se envolve com a burguesia, corrompe (para aprovar suas reformas) e é corrompido.

Lula tem o apoio direto das mais importantes direções do movimento de massas no Brasil. Retribui este apoio com uma generosa integração destas personalidades ao aparato de Estado, com um salto qualitativo nas vantagens materiais que recebiam antes. É assim com a maioria da direção da CUT (a reforma sindical

* Intelectual e militante do Partido Socialista Unificado dos Trabalhadores (PSTU).

em discussão amplia as vantagens materiais de seus dirigentes), com o MST (o aparato do INCRA), com a esquerda petista (integrada aos ministérios, como Miguel Rosseto da DS), com o PC do B (dois ministérios).

Essa é a base material e política do discurso ideológico dessas correntes, do “governo em disputa”. Não podendo defender todos os atos do governo Lula, eles desenvolveram a fábula de que o governo é “contraditório”, com partes positivas (a política externa, por exemplo) e negativas (como a política econômica), com ministros “de esquerda” e outros “reacionários”. Seria necessário apoiar as partes boas do governo e enfrentar as más, para convencer Lula a ir para esquerda, fazer a reforma agrária, romper com a ALCA etc.

Isto é apenas uma ideologia, alimentada por uma ampla base material, pelos cargos no governo, no parlamento, pelas verbas etc. Com esse discurso, pode-se justificar a continuidade do apoio ao governo, faça ele o que fizer, porque sempre existem “erros”, mas também “atos progressivos”. Isto é mais que uma inocência. Mesmo as crianças que acreditam em Papai Noel não se esquecem de pedir diretamente a seus pais os presentes no Natal.

O governo Lula realmente é contraditório. Aliás, como tudo na sociedade e na natureza, o que não agrega nada em sua caracterização. É necessário qualificar essas contradições. Por exemplo, ao aplicar as reformas, se manifestam as contradições entre a natureza de classe do conjunto do governo (com todos seus ministros e partes) e as aspirações das massas que o elegeram. Ao manter os juros altos, existem contradições entre o governo que defende o capital financeiro contra outros setores da burguesia.

O que não existe é um setor do governo que represente os trabalhadores. Quem seria? Miguel Rosseto e seu plano de reforma agrária semelhante ao de FHC? Ou o Itamaraty? A política externa, em essência, é uma continuidade da política econômica, com o mesmo tipo de disfarce. Lula faz um discurso social enquanto aplica o plano do FMI. O Itamaraty fala em soberania, mas está levando o país para a ALCA.

A “ALCA light” que os defensores do governo apregoam continua sendo a ALCA. Não existe uma soberania *light*, como não existe meia gravidez. As negociações atuais, que a imprensa apresenta como uma “resistência soberana do governo brasileiro”, não passam de uma busca, já aplicada antes por FHC, de negociar melhores condições para a burguesia agrária entrar no mercado dos EUA. É verdade que isto entra em contradição com outros setores da burguesia (nos EUA e no Brasil), mas isto não tem nada a ver com soberania, com a luta dos que estão contra a ALCA. O governo está disposto, como já está se vendo, a entregar tudo (inclusive chegando a uma ALCA “heavy”) em troca do acesso dos latifundiários produtores de suco de laranja aos supermercados norte-americanos. O Itamaraty,

“progressivo”, está negociando um retrocesso histórico, uma relação diretamente colonial com os EUA.

Os defensores da ideologia do “governo em disputa” nunca aplicam uma parte de sua própria fórmula. Onde e quando eles se dispõem a mobilizar as massas para pressionar o governo? O que se vê é a direção da UNE defendendo “reforma universitária já” (como diz um *bottom* da entidade), a direção do MST freando as ocupações de terras em todo o país (as que saem é por escapar ao controle), a direção da CUT travando todas as lutas sindicais, a esquerda petista se abstendo na votação da reforma da previdência.

Com o desencanto do primeiro ano, eles difundem a idéia de que agora virão melhorias sociais “com o crescimento econômico”. No entanto, qualquer análise séria do tipo de acumulação capitalista em curso indica que o crescimento atual (que não tem nada de extraordinário, é parte de um processo cíclico capitalista, tanto aqui como na Itália do governo Berlusconi), não gera ampliação de emprego e distribuição de renda. Ao contrário, a situação social continuará se agravando, mesmo com o crescimento econômico. Os índices de superávit fiscal, segundo Palocci, devem permanecer por “mais dez anos”, os cortes sociais seguem se aprofundando no atual orçamento. As promessas de melhorias sociais são apenas isso, promessas, da mesma profundidade e credibilidade das feitas por Maluf em campanha.

PT: da política de classe ao burocratismo social-democrata

O PT nasceu como um partido operário, unificando a maioria absoluta da vanguarda das lutas sindicais, estudantis e populares do país. Tinha um conteúdo progressivo em seu início, com uma política de classe, “trabalhador vota em trabalhador”. Nunca superou uma indefinição estratégica, com uma defesa genérica do socialismo, sem assumir uma defesa clara da revolução.

Este processo progressivo inicial foi afetado profundamente por dois fatores: a integração ao regime democrático burguês (com seus parlamentares, prefeitos, governadores e agora a Presidência da República), e o retrocesso ideológico característico de toda a década de 90, pós-queda do leste europeu.

É então que se afirmam no PT ideologias como a defesa da democracia como valor universal. É então que se deixa de lado a afirmação classista, para se buscar as alianças “mais amplas” com os partidos burgueses, para “ganhar”. É então que, já na gestão das prefeituras e governos estaduais, se anuncia o que seria o governo federal de hoje. Pouco a pouco, este partido viveu uma profunda mudança social. No último congresso do PT, a maioria absoluta dos delegados era de vereadores, deputados, prefeitos, governadores ou assessores dos mesmos. Todos eles com salários pagos pelo Estado burguês, preocupados em como se reeleger e

garantir seus privilégios. Nada a ver com a assembléia de ativistas dos movimentos sociais de seus inícios.

Impera no PT um funcionamento burocrático do tipo social-democrata, distinto do centralismo stalinista, mas igualmente burocrático. Aparentemente, existe a liberdade das tendências permanentes. Mas as decisões do partido são tomadas pelos parlamentares, prefeitos e governadores, independentemente das posições assumidas pelas bases, e mesmo de seus congressos. Os parlamentares votaram a favor da reforma da previdência (ou se abstiveram) sem levar em conta a opinião de suas bases. O governo Lula aplica um plano econômico completamente distinto do que votou o último congresso petista. Este é um funcionamento típico da social-democracia, de acordo com o caráter puramente eleitoral do partido. As expulsões da *Convergência Socialista* em 92 e a de Heloísa Helena e os deputados “radicais” em 2003 só confirmam este funcionamento burocrático social-democrata.

O PT perdeu qualquer característica progressiva. Morreu como instrumento de luta dos trabalhadores e se transformou em seu oposto: hoje é uma ferramenta para legitimar um governo burguês pró-imperialista, que sobrevive à custa do capital político conquistado no passado. Não existe nenhuma chance de “recuperar” este partido, pelas mudanças sociais ocorridas em seu interior. Mais ainda agora, com as modificações burocráticas feitas em seus estatutos e a incorporação de setores diretamente de direita na última campanha de filiação, com o partido já no poder.

A permanência de grupos da esquerda petista em seu interior não se explica por uma possibilidade real de mudanças no PT, na qual nem eles acreditam mais. Na verdade, estes grupos permanecem porque compartilham com a direção do PT a sua adaptação à institucionalidade, apegados aos cargos no parlamento e no governo federal.

Contra quem lutar

Não se pode lutar seriamente, se não se sabe contra quem se luta. Quando se confunde um inimigo com um aliado, existem grandes chances de derrota. Mais ainda quando se trata do governo federal, e não se luta esperando que Lula resolva a questão.

A campanha contra a ALCA, por exemplo, muitas vezes foi travada desde a posse de Lula, porque uma parte importante de sua direção (em particular o MST) acredita que o Itamaraty é um aliado.

Os trabalhadores e a juventude no Brasil têm grandes lutas pela frente: contra a reforma sindical e trabalhista, contra a reforma universitária, contra o acordo da ALCA e o FMI. Em todas elas, teremos de nos enfrentar contra o governo Lula, ou seremos derrotados sem lutar.

ALMEIDA NETO, Eduardo. Governo Lula: taliban do neoliberalismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.141-144.

Palavras-chave: Governo Lula; Neoliberalismo; Partido dos Trabalhadores; Brasil.